

Ministério do Trabalho e Emprego
Assessoria de Comunicação Social
Discurso do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho
Fórum inaugural da Coalizão Global para a Justiça Social
Genebra, 13 de junho de 2024), na abertura do fórum inaugural da
Coalizão Global pela Justiça Social, em Genebra, na Suíça

É uma honra para o Brasil participar deste fórum inaugural da Coalizão Global para a Justiça Social.

O compromisso do Brasil com a justiça social e a promoção do trabalho decente para todos vem de longa data. Em 2024, estamos reforçando, com ações concretas, nosso engajamento com os princípios e direitos do trabalho defendidos pela Organização Internacional do Trabalho.

Tenho a honra de anunciar que o presidente Lula decidiu viajar a Genebra especialmente para participar deste Fórum e, dessa maneira, fortalecer a contribuição do Brasil para a justiça social, em particular para a luta contra a pobreza e a fome em todo o mundo, bem como o enfretamento de todas as formas de desigualdade, discriminação e exclusão no mundo do trabalho e na sociedade. A história de vida do presidente Lula está vinculada à luta pela justiça social. Essa é a missão de toda a sua vida.

A assunção pelo Brasil da copresidência da Coalizão Global para a Justiça Social, ao lado do diretor-geral Gilbert Houngbo, é mais uma demonstração do firme comprometimento do governo brasileiro com os valores fundamentais do trabalho. como preceitua a estratégia da OIT, devemos ter uma visão centrada no ser humano e não podemos deixar ninguém para trás.

O Brasil é membro fundador da OIT e um dos Estados que mais ratificou convenções internacionais do trabalho. Nos diversos temas do mundo do trabalho, o Brasil procura atuar em coordenação com os parceiros do seu grupo regional, o Grulac, e com os demais membros da organização. Buscamos

promover o diálogo franco e a construção de consensos entre todos os constituintes tripartites, ao amparo do mandato da OIT.

Nos últimos anos, estamos enfrentando múltiplos e simultâneos desafios, como foi a pandemia de covid-19 e suas repercussões para o mercado de trabalho e as economias mundiais. Também lidamos com o surgimento das economias digitais e a necessidade de regulamentar o uso da inteligência artificial, da codificação e de algoritmos para a tomada de decisões na relação de trabalho.

Reconhecemos que a tecnologia pode empoderar ou prejudicar trabalhadores. Se forem democratizadas, distribuídas e acessíveis, as novas tecnologias podem ser usadas para melhorar a vida de todos, o que é inclusive uma das nossas prioridades na presidência do G20. Elas poderiam servir o conjunto da sociedade. Mas o que vemos geralmente é o uso da tecnologia como forma de precarizar o trabalho e aumentar os lucros, sendo apropriada por poucos e, conseqüentemente, aumentando a desigualdade.

Além disso, vivenciamos acelerada degradação do meio ambiente; conflitos em diferentes partes do mundo; e mudanças climáticas sem precedentes, que causam impactos devastadores em todo o planeta.

O Brasil está passando por um imenso desafio climático no estado do Rio Grande do Sul, na região Sul do país. Devido à elevação descomunal do nível das águas dos rios de todo o estado do Rio Grande do Sul, que tem extensão territorial de mais de 280 mil quilômetros quadrados (ou cerca de 3% do território brasileiro), mais de 600 mil pessoas ficaram desabrigadas, temos 175 mortes, 38 desaparecidos até o momento. O governo brasileiro, sob a liderança do Presidente Lula, está realizando uma operação de assistência de proporções colossais: um total de 63 bilhões de reais foram liberados até agora. Infelizmente, só teremos a real dimensão do estrago quando a água baixar totalmente.

Para enfrentar essa catástrofe, o governo brasileiro criou linhas de atendimento às empresas com crédito subsidiado, suspendeu o pagamento de tributos de empresas e o recolhimento de obrigações sociais, disponibilizou o saque do fundo de garantia dos trabalhadores, entre outras várias ações de apoio emergencial. Com esse esforço coletivo, aliado ao apoio da sociedade, o governo vai acelerar o processo de recuperação econômica e social da região, buscando garantir a manutenção tanto dos postos de trabalho quanto das empresas da região.

Não podemos nos abater. O Brasil acredita que a Coalizão Global para a Justiça Social será uma plataforma inovadora e dinâmica que poderá contribuir para mudar, para melhor, o nosso futuro. Desejamos avançar na agenda de trabalho decente e acelerar a implementação da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

É essencial estarmos unidos em prol da garantia dos direitos fundamentais do trabalho, em especial da erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo de uma vez por todas. Ao mesmo tempo, temos que promover a igualdade de gênero e a diversidade; a economia de cuidados e apoio; os empregos de qualidade; e as transições justas para economias mais verdes, sustentáveis, resilientes e inclusivas. Aqui, novamente cito nossa presidência do G20 que vem defendendo essas pautas de maneira geral e, mais especificamente no GT sobre emprego.

Nesse espírito, ressalto que o Brasil também está acompanhando de perto os pleitos de reforma da governança do sistema multilateral, outra prioridade para o G20, estabelecida pelo presidente Lula. Na OIT, desejamos maior equilíbrio regional, inclusive no sistema de supervisão normativa, e estamos atentos ao

expressivo número de ratificações da emenda de 1986 à Constituição da organização.

Podemos destacar também a contribuição brasileira para a promoção da agenda de trabalho decente por meio dos projetos de cooperação para o desenvolvimento, em particular da cooperação técnica sul-sul e trilateral. Renovamos a parceria com a OIT, em 2023, e continuaremos a buscar soluções coletivas, com igualdade entre parceiros, para superar os mais variados desafios.

O direito do trabalho é a concretização dos direitos humanos na sociedade. É necessário, cada vez mais, garantir a dignidade humana e a satisfação de necessidades básicas dos trabalhadores, mas também a expansão de capacidades pessoais e profissionais; o acesso a empregos produtivos e livremente escolhidos; e a valorização da dimensão social no desenvolvimento da economia, do comércio e dos investimentos.

Considero que o diálogo social é a principal ferramenta para alcançarmos a plena justiça social e a promoção do trabalho decente. não há saída para o mundo sem diálogo, em todas as dimensões da vida humana, principalmente para grupos marginalizados e mais vulneráveis da sociedade.

Entendemos que a Coalizão Global para a Justiça Social pode promover ações concretas em benefício de todos.

No exercício da copresidência da Coalizão, permaneceremos engajados no diálogo e abertos a ouvir todos os parceiros interessados em colaborar para o objetivo comum de aprimorar a realidade do trabalho em todo o mundo.

Muito obrigado.